

Mulheres no paraná e suas memórias sobre o processo de exílio durante a ditadura militar (1968-1985)

Gabriella Daphne Pereira Ferreira

gabedaphne@gmail.com

Introdução

A comunicação da qual resulta o presente trabalho, teve como objetivo analisar e compreender as memórias produzidas por mulheres sobre seu processo de exílio. Além disso, realizou uma contextualização da atuação política de oposição destas contra a Ditadura Civil-Militar e as formas pelas quais conseguiram deixar o país. O tema dessa apresentação surgiu a partir de um interesse meu sobre o estudo da temática exílio, em especial, nos regimes autoritários vigentes na América do Sul a partir da segunda metade do século XX. Com isso, desenvolvi a pesquisa que foi base para essa exposição em meu trabalho monográfico para a conclusão da graduação em História pela Universidade Federal do Paraná. Busquei privilegiar a relação entre história e memória, buscando articular essa opção metodológica com a temática do exílio.

Desta forma, a escolha pelo recorte temporal e espacial foi feita tendo em mente uma pesquisa sobre casos de exilados brasileiros, utilizando os relatos orais destes como fonte. Após um prévio levantamento de estudos de caso, escolhi trabalhar com as entrevistas já gravadas para o projeto Depoimentos para a História, uma iniciativa da Sociedade de Direitos Humanos para a Paz (DHPaz)¹ em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e sob a coordenação do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná e da Comissão Estadual da Verdade. O recorte de gênero foi feito após escutas os relatos de mulheres exiladas presentes no projeto, devido as especificidades que existem em suas experiências. Assim, optei por escolher a narrativa de três mulheres como fontes para a pesquisa, afim de conseguir realizar um estudo comprado de suas trajetórias. Desta forma, meus estudos de caso são as narrativas de Lídia Lucaski, Noemi Osna Carriconde e Clari Izabel Fávero.

Além disso, o campo de estudos sobre o exílio nos regimes autoritários latino-americanos é relativamente recente, sendo acadêmicos chilenos, argentinos e brasileiros grandes precursores dessa área. Sendo assim, essa pesquisa iniciada em minha monografia busca contribuir para esse campo em construção. Nesse sentido, a utilização desse suporte de fontes também é outro aspecto ao qual este estudo busca colaborar. Com mais de 50 vídeos de relatos de pessoas atingidas pela Ditadura Militar disponíveis online, essa

plataforma “Depoimentos para a História” dispõe de muito conteúdo para ser estudado, mas que, infelizmente, ainda não é muito utilizada em trabalhos acadêmicos. Ademais, essa colaboração valoriza a iniciativa de construção de uma política de memória sobre a Ditadura no Brasil, projeto que atualmente é inexistente ou ineficaz.

Partindo para trabalho em questão, este se divide em três momentos distintos, seguindo a ordem da apresentação que o inspirou. O primeiro é dedicado a uma exposição breve sobre o estado da arte dos estudos sobre a Ditadura Civil-Militar regente no Brasil nos anos de 1964 a 1985, a partir de um debate historiográfico com autores que estudam o período. Na sequência, busquei me aprofundar mais nas duas vertentes que norteiam minha análise de fontes, conceituando questões sobre o exílio e seu impacto na vida do exilado e as especificidades do uso da História Oral como fonte. Finalizando a argumentação, trabalho com os relatos dos estudos de caso escolhidos para a pesquisa, me dedicando a analisar como esses elementos característicos da experiência exilar aparecem nas narrativas dessas mulheres e como a questão de gênero afetou o modo de viver o exílio.

Uma Ditadura a Brasileira

Dos principais conceitos a ser debatidos, em minha apresentação busquei focar na classificação de Civil-Militar para a Ditadura no Brasil, ressaltando essa aliança por uma confluência de interesses políticos e econômicos entre os militares e alguns grupos civis. Outro ponto de debate foi sobre o impacto que algumas ações do regime, como os Atos Institucionais – em principal o AI-5 - e a Lei da Anistia tiveram sobre a situação dos exilados. Além disso, também discorro sobre a crise da memória sobre o período ditatorial, o surgimento de estudos revisionistas e até negacionistas sobre a Ditadura brasileira, ressaltando a importância historiográfica de se estudar esse tema atualmente.

Em relação ao primeiro caso citado acima, justifico minha escolha em denominar a Ditadura por Civil-Militar tendo como base textos de Denise Rollemberg² e Marcos Napolitano³. Rollemberg levantou essa tese ainda em 2003, desmistificando a ideia que a sociedade civil foi uma vítima ou ficou inerte frente as ações dos militares, destacando ainda setores civis que apoiaram o Golpe Militar de 1964 e Ditadura imposta por militares que resultou dessa ação. Marcos Napolitano, em 2014, cita essa tese criticamente, adicionando a esta a ideia de que, apesar do importante apoio desses grupos para a sustentação da Ditadura Civil-Militar durante seus 21 anos, a área das decisões políticas permaneceu restrita aos militares. Ainda que não tendo consenso sobre essa classificação, mantenho em meu trabalho

o uso de Ditadura Civil-Militar, pois após ler as definições de Rollemberg e Napolitano, penso ser a mais adequada.

Posteriormente, abordei duas ações do governo que afetaram nos processos de exílio ocorridos no país: o AI-5 em 1968 e a Lei da Anistia em 1979. A primeira, que decreta o fim dos direitos políticos e a intensificação da repressão por parte dos militares, foi um forte fator para o aumento da saída de perseguidos políticos do país. A segunda, que legalizou uma Lei da Anistia, que se propunha a ser ampla e irrestrita, possibilita a volta de muitos exilados, mas também perdoa os crimes daqueles que os perseguiram. Com os textos de Sebastião Cruz em parceria com Carlos Martins⁴ e de Thomas Skidmore⁵, contextualizo essas duas decisões do governo historicamente e politicamente, buscando entender qual foi a estratégia dos militares em suas promulgações. O AI-5 vindo após o socialmente agitado ano de 1968 e a Lei da Anistia no início do processo de abertura “lenta, gradual e segura” do regime ditatorial. Por fim, aproveitando a discussão sobre a Lei da Anistia, trato sobre a memória da Ditadura Civil-Militar, não podendo desvincular essa pesquisa de seu contexto de produção, no qual uma visão negacionista da memória do período continua a crescer assustadoramente.

Com alguns apontamentos de Marcos Napolitano⁶, busquei analisar como a Lei da Anistia de 1979 foi prejudicial a construção de uma política de memória eficaz sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, por causa de seu viés conciliador, “perdoando” os crimes cometidos pelo próprio Estado. Encaro esse crescente negacionismo da atualidade, presente no Brasil, como um efeito da falta dessa política de memória, sendo necessário um reforço da importância de historiadores estudarem o período e divulgarem para a sociedade o resultado de seus estudos.

Com efeito, abordei especificamente a conjuntura paranaense nesse período, contexto o qual as mulheres dos estudos de caso viveram, e mais precisamente discorri sobre os dois movimentos de oposição à Ditadura os quais estas participaram: o Movimento Estudantil universitário e a organização de uma luta armada. Busquei analisar o período em que as mulheres participaram desses movimentos de oposição a Ditadura Civil-Militar, para compreender o contexto da formação política e dos motivos para a saída em exílio.

Neste caso, cabe apresentar que das três mulheres que estudo, duas fizeram parte do Movimento Estudantil da UFPR, ao qual analiso com estudos de André Castelo Branco⁷ e Jordana Santos⁸, e uma fez parte do grupo de esquerda armada VAR-Palmares ao qual analiso com o trabalho de Marcos Campos⁹. Por fim, apresento alguns apontamentos sobre as singularidades que existiam nas experiências das mulheres na política, um ambiente

majoritariamente masculino, ainda nos dias de hoje, sendo estas a favor ou contra o regime ditatorial instaurado no Brasil após 1964. Com as teses de Carla Conradi¹⁰ e de Janaina Cordeiro¹¹, além do artigo de Marcelo Ridenti¹², destaco essas experiências política femininas, que constantemente eram reduzidas pela questão de gênero, relegando a mulher para o âmbito doméstico. Entretanto, apesar de muitas vezes lutarem contra essa estigmatização, as mulheres também as utilizavam a seu favor quando lhes era conveniente, essa dinâmica é o ponto central para a análise.

O Exílio e seus relatos

Partindo para o segundo momento da apresentação, busquei me aprofundar mais em dois conceitos que atuam na análise de minhas fontes, a questão do exílio e a História Oral. Na primeira parte, discuti sobre as complexidades do exílio, focando em três eixos para analisa-lo, são eles: o exílio como um objeto poliédrico; o exílio como uma cultura política dentro da América Latina; e por último, a relação entre o exílio e a identidade do exilado. Essa organização foi feita tendo em vista conceitos de três autores que orientam a discussão sobre o exílio feita nesse capítulo, são eles Silvina Jansen, Luis Roniger e Patricia Flier, os conceitos apresentados acima com os quais trabalho são destes acadêmicos respectivamente.

A primeira formulação, do exílio como objeto poliédrico feita por Jansen¹³, diz respeito a multiplicidade de maneiras as quais o exílio afeta positivamente ou negativamente a vida do exilado antes e depois de sua partida. Como por exemplo, no âmbito pessoal, com relação a família, amigos e relacionamentos amorosos; ou no âmbito profissional, com relação aos estudos ou ao trabalho, que são construídos, destruídos ou transformados com a saída do país natal do exilado e sua vivência em países estrangeiros. Essas relações criam o que a autora chama de uma espécie de paradoxo para o exilado, ao conciliar na mesma experiência a dor da distância e da perda com a alegria da vida poupada e das novas possibilidades que surgem.

A segunda, do exílio como cultura política é construída por Luis Roniger¹⁴, o autor faz um recuo de quase 100 anos para formar seu argumento que existe na América Latina uma tradição, uma cultura, em que a exclusão de opositores prevalecia sobre formas mais abertas e pluralistas de fazer política. Essa exclusão da oposição era feita, segundo o autor, através do exílio. O que ocorre com os regimes autoritários da segunda metade do século XX é uma massificação desse processo, atingindo pessoas de diferentes grupos com um único critério: quem for contra o regime é um inimigo que precisa ser eliminado. Roniger

aponta que a Doutrina de Segurança Nacional foi uma das formadoras dessa concepção. O exílio foi um dos meios de “eliminação” mais utilizados nesse período, por ser uma opção mais amena entre as que o autor aponta como disponíveis para os perseguidos: “el encierro, el destierro o el entierro”¹⁵.

A terceira e última formulação, do exílio como formador e transformador da identidade do exilado foi construída por Patrícia Flier¹⁶, que coloca a figura do exilado como um “fora de lugar”, por conta de seu afastamento de seu país natal e do estranhamento com o país receptor. Esses dois fatores atuam em uma transformação na identidade do indivíduo exilado, na medida em que este vai se habituando as novas referências culturais que vive ou as negando e buscando reforçar o seu “ser brasileiro”. Outro aspecto do estudo das relações entre o exílio e o exilado é que estas não acabam quando este retorna a sua terra natal, o estranhamento e a sensação de ser um “estranho” em sua própria família/casa/cidade produz um impacto equivalente, senão até maior, no exilado do que sua saída. Com efeito, esses conflitos, confusões e estranhamentos são muito presentes nas narrativas dos exilados sobre sua experiência.

Após destacar esse aspecto da narrativa e já conectando com essa segunda parte sobre a metodologia da História Oral e sua importância para o estudo do exílio. Isso ocorre, por essa tipologia de fonte ser uma das únicas que permitem analisar essa experiência exilar a partir do ponto de vista do exilado e não do país expulsor. Para isso, discorri sobre as dificuldades para se trabalhar com essa tipologia de fonte, o cuidado para não se interpretar literalmente o relato envolto de sentimentos dos exilados ou desautorizá-los, ao confrontar as informações de sua narrativa que são dissonantes da História do período. Tive como suporte teórico trabalhos como o de Ecléa Bosi e Michael Pollak. O primeiro citado, para melhor entender teoricamente as estruturas da memória e como elas são expressas ou trazidas à tona, ou seja, entender o processo que ocorre antes da realização do relato¹⁷. Com efeito, o estudo de Michael Pollak me ajudou a analisar os relatos em si, assim como seus silêncios e esquecimentos, já que os relatos que estudo se encaixam no conceito de “memória subterrânea”¹⁸ do autor, um tipo de memória que é suprimido por seu caráter traumático.

Com esses apontamentos, busquei afirmar a importância de entender os elementos traumáticos e emocionais que permeiam esses relatos e utilizá-los a favor do historiador, analisando como essa experiência afeta a vida do exilado e sua produção de memória sobre o período posteriormente. Após fazer essas observações, cito análises feitas por Denise Rollemberg em seu estudo sobre exilados brasileiros, destacando como essa metodologia

pode ser aplicada nas fontes que escolhi para a minha pesquisa, já que a autora também trabalha com relatos em seus estudos.

Lídia, Noemi e Clari: três trajetórias femininas no exílio

Finalizando a apresentação, já tendo feito esses apontamentos sobre o contexto vivido pelos estudos de caso, as especificidades dessas fontes, destaco que os não ditos também são importantes para esse estudo por conta da carga traumática da experiência exilar. Desta forma, se faz necessário não levar em consideração apenas os que elas narraram, mas também os silêncios que aparecem em suas histórias. Para isso, analiso as memórias sobre a saída do país para o exílio, a vivência do exílio e o impacto desta experiência em sua volta para o país natal, buscando aspectos comuns e distintos entre os relatos.

Apresento aqui uma das análises presentes na pesquisa. Os excertos de fonte a seguir são das entrevistas de Noemi Carriconde e Clari Izabel Fávero respectivamente, nestes trechos é possível analisar uma especificidade dos casos do exílio feminino: a maternidade.

Depois a volta para o Brasil que foi complicada também pra eles [os filhos] se... se... se sentirem brasileiros, eles não se sentiam nem brasileiros nem estrangeiros. Esses dias eu tava lendo um material que eu escrevi bem na época que eles diziam assim, no Canadá ele dizia ah eu não vou jogar Hockey porque eu sou brasileiro, brasileiro joga futebol, mas ele jogava hockey (risos) também, jogava baseball também. Aí disse ele ah mas agora eu tô no Brasil e nem futebol eu sei jogar direito. Eles não falavam português direito, eles falavam com sotaque, depois claro vai perdendo né, vai se reaculturando. E... eu não lembrava disso, achei interessante[...].¹⁹

Nossa pena foi confirmada e aí surgiu um assunto de que, como a pena, como nós fomos julgados e condenados, aí a gente não podia ser anistiado, aí saiu que tinha cerca de 320 presos não eram objeto de anistia, nós... que a anistia não previa anistiar pessoas que haviam sido condenadas. Essa “maravilhosa”, não é, Lei de Anistia que havia sido feita. Aí diante disso que, pulei uma coisa, que depois do golpe de Estado no Chile a gente foi exilado pra França, onde nasceram os meninos, os meus “apátridas”.²⁰

Ambos os trechos trazem a relação dessas mulheres com seus filhos. No caso de Noemi, o filho mais velho ao qual ela cita nasceu no Brasil, mas seus irmãos nasceram todos no exílio, assim como os filhos de Izabel. A questão identitária é muito forte nos dois relatos, transmitidas de maneiras diferentes. Na narrativa de Noemi, ela cita um exemplo da dificuldade de seu filho conciliar essas duas identidades ainda durante o exílio e como isso se manteve após a volta. Quando este fala que não sabe jogar direito nem um esporte e nem outro transmite a ideia de um não pertencimento a nenhum dos dois lugares. No caso de Izabel, esta já cita seus filhos como “apátridas”, de maneira irônica, mas que conflui com esse não pertencimento presente também a narrativa de Noemi.

Outro aspecto relevante é a presença do exílio como um objeto poliédrico de fato, demonstrando como essa experiência afeta em várias dimensões a vida do exilado, como nesse caso acontece sua família. Com exceção de um filho, o mais velho de Noemi, essas crianças não eram nem nascidas quando suas mães saíram para o exílio, mesmo assim sofreram com os problemas vindouros dessa experiência de seus pais, um exílio geracional. Entretanto, não são todas as mulheres que passam por essa experiência, Lídia por exemplo não foi mãe antes ou durante o exílio.

Outro elemento presente na fonte é a visão que Clari Izabel traz sobre a Lei da Anistia, esta favoreceu a todos os membros do Estado que cometeram crimes durante a perseguição aos seus opositores, mas não reverteu condenações feitas durante esse período. Outros uso de ironia na fala de Clari é chamar essa lei de “maravilhosa”, com isso é possível analisar os efeitos práticos das intenções políticas que o regime tinha na promulgação desta, mais preocupados em assegurar que membros do aparato militar que atuaram durante a Ditadura não sofressem com as consequências jurídicas de seus atos após o fim desta.

Outro elemento presente na fonte é a visão que Clari Izabel traz sobre a Lei da Anistia, esta favoreceu a todos os membros do Estado que cometeram crimes durante a perseguição aos seus opositores, mas não reverteu condenações feitas durante esse período. Outros uso de ironia na fala de Clari é chamar essa lei de “maravilhosa”, com isso é possível analisar os efeitos práticos das intenções políticas que o regime tinha na promulgação desta, mais preocupados em assegurar que membros do aparato militar que atuaram durante a Ditadura não sofressem com as consequências jurídicas de seus atos após o fim desta.

Embora tenham esses percalços, de certa maneira, a volta ao Brasil é encarada em uma chave positiva por Noemi e Clari Izabel, uma felicidade por estar de volta. Com Lídia, a narrativa da volta foi diferente. Ao ser perguntada sobre como foi a volta ao país natal, Lucaski relata:

É terrível, é terrível porque eu acho que... é a Ditadura não terminou aí e nem essa absolvição disse muita coisa não. Você veja eu estava no terceiro ano, na época que eu tive que sair, no terceiro ano de Ciências Sociais que diz que não era um curso a lá grande coisa lá mas era um direito meu eu passei por vestibular não por favor nenhum, é a filosofia tinha uma pasta, a minha pasta lá que tinha tudo o histórico o currículo do aluno, a minha era a número 11, eu fui descobrir isso depois, aí eu cheguei lá pra requisitar esses documentos [...] aí a menina a secretaria, a burocrata agora coitadinha mocinha nova ela tinha a 10 e de e [...] a 12, quer dizer a minha pasta era um vazio não tinha, ela disse nossa não está aqui e eu disse é não, não deve estar porque o DOPS levou. Então eu não tinha nada, eu só conseguia provar que eu estava na universidade federal do Paraná na época que eu cursei esses três anos ia pro quarto e aí não deu porque eu tinha as carteirinhas da UPES [...] eu não conseguia junto com a Universidade Federal do Paraná uma carta, uma declaração uma coisa qualquer que eu frequentei algum dia aquela universidade²¹.

A perseguição não acabou após a saída de Lúdia do Brasil e muito menos após sua volta depois da promulgação da Lei da Anistia. A trajetória acadêmica de Lucaski foi sabotada pela Ditadura Civil-Militar, esse ressentimento que esta carrega em relação aos militares é presente em toda sua narrativa. Aqui também podemos perceber a faceta poliédrica do exílio, que afeta a vida do exilado mesmo após o seu retorno.

Não só a vida acadêmica de Lúdia foi afetada por sua atuação política e por seu exílio, ao voltar, a militante não conseguia estudar e nem trabalhar, mostrando que a Lei da Anistia apenas um jogo político dos militares visando uma saída tranquila dos seus do governo. A lei permitiu que os perseguidos voltassem ao Brasil, mas as condições para sua permanência e estabilização no país lhes foi totalmente renegada:

Aí eu tentei trabalhar, para trabalhar naquela época eu não sei se hoje a legislação é a mesma você tinha que apresentar um atestado de bons antecedentes, esses bons antecedentes aí é se você não tinha problemas políticos. Eu requeri isso ao DOPS, meu deus ao DOPS, bem seca assim para fins de trabalho aí depois de algum tempo veio assim indeferido deram indeferido, eu não podia trabalhar, não podia estudar. [...] Foi uma situação bem difícil né não podia trabalhar em empresa particular porque não tinha aquele documento dos antecedentes criminais né uma ficha limpa (risos) seria mas não como hoje né [...] não podia voltar pra faculdade e passando em um concurso público também fui estada a sair [...] não tem o perfil pra trabalhar em um governo brilhante desse, então é... como te digo né isso se estende assim história a dentro né (risos) tempo a fora, é bem difícil isso.²²

Essas constantes negativas que esta recebeu, sendo de seu país expulsor, depois dos países aos quais ela foi durante o exílio e mesmo após a volta, esse sentimento de rejeição também é vindo de seus compatriotas. Nesse momento da narrativa, Lúdia reflete muito sobre sua própria atuação, em um sentido de “será que valeu a pena?”. Essa reflexão também ocorre com as outras mulheres as quais analiso nesse trabalho, mas em especial com Lucaski o impacto que esta teve em sua volta ao país intensifica esse questionamento de suas ações.

Com efeito, é possível a partir desses relatos dessas exiladas qual é a percepção destas sobre seu processo de exílio; além dessas reflexões sobre a identidade, essas mulheres narram sobre a solidariedade ou a falta dela nos lugares aos quais foram após a saída do Brasil, as dificuldades que enfrentaram na volta ao país, entre tantos outros aspectos que permeiam sua experiência enquanto exilada. Esse estudo é importante no sentido de reverberar a voz dessas pessoas que foram perseguidas e silenciadas nesse período ditatorial, para que elas contem suas próprias experiências; de forma a humanizar essas pessoas atingidas pelos crimes da Ditadura Civil-Militar brasileira, não as transformando apenas em números estatísticos, esforço necessário frente a falha do Estado brasileiro em construir uma política de memória sobre esse período.

Notas

¹DHPAZ; Ministério da Justiça. **Projeto Depoimentos para a História**. Disponível em: <http://www.dhpaz.org/dhpaz/blog/post/8/depoimentos-para-a-historia>. Acessado em: 15 de nov. 2019.

²ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.) **O Brasil republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91.

³NAPOLITANO, Marcos. **1964 - História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁴CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura" In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & SORJ, Bernardo. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 8-90.

⁵SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castello a Tancredo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

⁶NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer. **Revista Antíteses**, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

⁷MACHADO, André Castelo Branco. **A Constituição do Movimento Estudantil na cidade de Curitiba nos anos de 1964 a 1968**. Curitiba: Monografia de História UFPR. 2005. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2005/andre_castelo_branco_machado.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019. p. 25.

⁸SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar. **Revista Aurora**. Marília: UNESP, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/aurora/article/view/1224/1091>>.

⁹CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari de. **Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970**. Marechal Cândido Rondon, 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹⁰CONRADI, Carla Cristina Nacke. **"Memórias do sótão": vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)**. Curitiba: Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Paraná, 2015.

¹¹CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Editora FGV, 2009.

¹²RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Revista Tempo Social**. USP: São Paulo. 1990. pp. 113-128

¹³JANSEN, Silvina. Exílio e Historia Reciente. Avances y perspectivas de um campo em construcción. **Aletheia**, vol. 1, n. 2, mayo 2011. ISSN 1853-3701.

¹⁴RONIGER, Luis. Exílio Político y Democracia. **Revista América Latina Hoy**. Ediciones Universidad de Salamanca: 2010.

¹⁵Ibidem. p. 143.

¹⁶FLIER, Patricia Graciela. La literatura del exilio y los trabajos de las memorias: la vuelta a "el fuera de lugar". **Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente**. La Plata: EDULP, 2014.

¹⁷BOSI, Ecléa. "Memória-sonho e memória-trabalho". In: **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. Companhia das Letras, 1994.

¹⁸POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

¹⁹**Entrevista de Noemi Osna Carriconde**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wKMJbfIOZ-g>. Acessado em: 15 de nov. 2019. Transcrição da autora.

²⁰COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. **Transcrição da tomada de testemunho de Izabel Fávero**. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/620-documentos-citados-capitulo-15.html>. Acessado em: 15 de nov. de 2019.

²¹**Entrevista de Lídia Lucaski**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11kP73w52cM>. Acessado em: 15 de nov. 2019. Transcrição da autora.

²²Idem.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. Companhia das Letras, 1994.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **50 anos da Ditadura no Brasil**: questões feministas e de gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. “**Memórias do sótão**”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Curitiba: Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Paraná, 2015.

FLIER, Patricia Graciela. La literatura del exilio y los trabajos de las memorias: la vuelta a “el fuera de lugar”. **Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente**. La Plata: EDULP, 2014.

JANSEN, Silvina. Exilio e Historia Reciente. Avances y perspectivas de un campo em construcción. **Aletheia**, vol. 1, n. 2, mayo 2011. ISSN 1853-3701.

LIEBEL, Vinícius; NEVES, Ozias Paese. Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul: Historiografia e Perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, No. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer. **Revista Antíteses**, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2o sem. 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de 56 Historia**. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

RONIGER, Luis. Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no Século XX. **DADOS Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 53, n.1, 2010.

_____. Exílio Político y Democracia. **Revista América Latina Hoy**. Ediciones Universidad de Salamanca: 2010.